

ELEIÇÕES '86

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, quarta-feira, 15 de outubro de 1986

Faltam apenas 30 dias para as eleições. Candidatos e partidos entram na reta final da campanha em busca do eleitor indeciso. Vale tudo. Ou quase tudo. Uma frente de pequenos partidos vai denunciar ao TRE uma lista de candidatos do PMDB e do PFL que, na opinião dos nanicos estão usando do dinheiro e, o que é pior, cometendo

Abuso do poder econômico

“A Frente Brasileira de Ética Partidária lutará com todas as forças para que as eleições na capital da República não sofram, como vem acontecendo, as influências maléficas do abuso do poder econômico, do desrespeito à honradez e à inteligência do eleitorado, das pressões da máquina administrativa, defendendo acima de tudo que a vontade legítima do povo, e não os interesses de grandes grupos financeiros, esteja representada na Assembléia Nacional Constituinte”.

Este é um trecho da Carta de Brasília, manifesto subscrito pelos dirigentes de dezessis partidos políticos da cidade que acabam de unir-se em uma Frente de Ética Partidária para combater o abuso do poder econômico nas eleições. Ainda hoje, a advogada do movimento, Clésia Pires, ingressa com ação no TRE pedindo a investigação dos gastos eleitorais de seis candidatos do PMDB (Lindberg Cury, Pompeu de Souza, Melra Filho, Francisco Carneiro, Zamor Magalhães e Joselito Correia) e sete do PFL (Osório Adriano, Antonio Venâncio, Jofran Frejat, Waldir Campelo, Maria Abadia, Eurides Brito e Heitor Reis).

O recurso, de acordo com a advogada, pode resultar na impugnação dos candidatos que estiverem efetivamente abusando do poder econômico (como já aconteceu com Múcio Athyde) ou até na cassação dos mandatos dos que vierem a ser eleitos, caso a ação não seja julgada antes do dia 15 de novembro.

A divulgação de pesquisas eleitorais será objeto de outra reclamação da Frente de Ética Partidária junto ao TRE.

Os acusados asseguram que não gastam além do que a lei permite. Atribuem à inveja dos que não têm chance de se eleger a denúncia de abuso econômico



O candidato ao Senado Lindberg Cury (PMDB) estranhou as acusações de que ele juntamente com outros candidatos, estão abusando do poder econômico. Segundo afirmou, a sua campanha está sendo conduzida dentro das diretrizes baixadas pelo TRE e ressaltou que “não há nada de faraônico dentro do que estamos gastando”.

Lindberg explicou que as acusações feitas pelos “candidatos nanicos” são a única forma encontrada por eles para tentar ir de encontro aos que estão liderando as pesquisas.

— O fato de a minha candidatura vir sendo considerada a que mais tem se destacado dentro do parâmetro da comunicação — afirmou —, deve-se ao perfeito trabalho de organização que vem sendo executado por todos os que estão empenhados no sucesso da campanha.



Poder econômico, eu? reação de Pompeu de Souza (PMDB) com as acusações feitas pelos pequenos partidos de que ele é um dos candidatos que vem abusando do poder econômico. Pompeu ficou surpreendido e rechaçou qualquer hipótese que possa demonstrar que ele vem usando este expediente em sua campanha política.

— A minha candidatura vive em tamanha penúria — lastimou-se — Todo o material usado na propaganda tem sido fruto da ajuda dos amigos que conquistei ao longo da minha vida como jornalista e professor. E acrescentou:

— Posso dizer que criei verdadeiros filhos profissionais que agora, com muita generosidade estão me ajudando. Em função deste apoio espontâneo, tenho mais de 180 comitês residenciais nas cidades-satélites à base de livres iniciativas.



Ao repudiar as acusações de abuso de poder econômico que lhe

foram dirigidas pela Frente Brasileira de Ética Partidária, o presidente do PFL e candidato ao Senado, Osório Adriano, estranhou que os nomes denunciados sejam exatamente aqueles que estão bem colocados nas pesquisas eleitorais.

Garantindo que não ultrapassará o limite de gastos fixado pela Justiça Eleitoral, o candidato pefelista lembrou que a questão do poder econômico vem sendo excessivamente explorada na campanha eleitoral, “principalmente por parte dos candidatos sem respaldo popular, que estão vendo suas chances reduzirem a cada dia”.

O presidente do PFL afirmou, ainda, que não teme qualquer investigação da Justiça em torno de seus gastos de campanha. “A prestação de contas do partido está em dia e não tenho culpa de algumas legendas não terem sequer condições de chegar ao limite estabelecido pela Justiça. Nós chegaremos lá, mas não vamos extrapolá-lo”.

Por sua vez, o coordenador da campanha do presidente pefelista, advogado Paulo Goyaz, estranhou que a Frente de Ética Partidária não tenha incluído o nome do candidato Newton Rossi (PDC) entre os que estão gastando excessivamente. Lembrou a participação do trielétrico “Maçã do Amor” na campanha do postulante pefelista, “e todos sabemos quanto custa o aluguel do equipamento, que foi oferecido a diversos partidos”.



O candidato ao Senado pelo PFL, Antônio Venâncio da Silva, rechaçou ontem as acusações dos pequenos partidos segundo as quais os candidatos que despotam na liderança das pesquisas eleitorais têm abusado do poder econômico: “Se eu tivesse abusando, fazendo acertos e manipulando pesquisas, estaria em primeiro lugar nos últimos resultados apontados”. E revidou a acusação: “Quem usa deste expediente são os candidatos que aparecem em primeiro lugar”.

Venâncio admitiu que sua candidatura não é para ter o salário de senador — uma quantia que classificou de irrisória se comparada aos lucros dos seus negócios. “Meu objetivo é aca-

Segundo Clésia, a atual sistemática de apresentação de consultas de opinião contraria frontalmente a Resolução nº 13.090, do TSE, que estabeleceu como requisito para a divulgação das pesquisas a sua prévia aprovação pela Justiça Eleitoral. Da forma que estão sendo realizadas, argumenta a advogada em sua petição à Justiça, “os resultados podem variar ao sabor dos interesses dos que encomendam as pesquisas”.

A distribuição dos horários de propaganda gratuita é outro motivo de queixa dos partidos que integram a Frente. Como afirmam na Carta de Brasília os dezessis dirigentes partidários que compõem o movimento, “os princípios democráticos e constitucionais de igualdade de oportunidade para todos estão sendo violentados na distribuição desigual da propaganda gratuita em rádio e televisão, onde o PMDB e o PFL dispõem de mais de 50% do tempo, massacrando os outros partidos”.

Empossado pelo PDC, PDT, PDS, PTB, PRP, PN, PMB, PL, PMN, PMC, PPB, PCN, PJ, PSC, PND e PSB, o manifesto de fundação da Frente Brasileira de Ética Partidária denuncia que “os mesmos homens que hoje pleiteiam um mandato popular, usando e abusando da demagogia e do uso abusivo do poder econômico são os que sempre estiveram do lado do ‘poder’ nesse período nebuloso da nossa história”. Os partidos que compõem a Frente e seus líderes prometem que “lutarão com todas as suas forças para que seja mudado esse estado de coisas”.



A candidata Maria de Lourdes Abadia (PFL) demonstrou-se surpresa com a acusação de que vem abusando do poder econômico em sua campanha e disse que “cabe a quem acusa provar a minha prestação de contas, pois o que estou recebendo está dentro do estabelecido pelo TRE”.

Segundo ela, “ainda não nem um terço dos C\$ 1.200.000,00 permitidos pelo TRE, destacando que a sua campanha tem sido basicamente dentro do contexto comunitário. E explicou:

— O meu comitê eleitoral na Ceilândia é um galpão que ocupa um lote inteiro (tem água e luz) e foi doado por um feirante — o Chico Feirante —, que há 13 anos atrás me pediu uma passagem de volta para o Nordeste ou uma barraca na feira. Ele é quem deu o terreno e paga água, luz e telefone. Depois das eleições, destruírá o comitê para construir um prédio no local.

Com relação à diversificação do material de propaganda, ela justificou que é feito por diversas gráficas: “São os feirantes que patrocinam. Por isto, não existe uma padronização na campanha, não havendo qualquer fundamento, mas acusações dos pequenos partidos”.



“Roubaram minha idéia”, lamentou Heitor Reis (PFL), ao comentar o manifesto da Frente de Ética Partidária contra o abuso de poder econômico. Segundo o candidato, denunciado pelos partidos pequenos como um dos que estão gastando excessivamente, o seu nome foi incluído indevidamente na lista: “Fui o primeiro a criticar o abuso econômico nas eleições. Por que estão me acusando? Eu quero é me integrar ao movimento”.

Embora admitindo que alguns candidatos estão extrapolando em muito o limite de despesas estabelecido pela Justiça,

Reis disse que está aparecendo bem nas pesquisas em consequência de suas boas idéias não por excesso de dinheiro. “Ora, se eu faço um bom programa de televisão, me acusam de usar a tecnologia. Tenho culpa se os outros, que também têm acesso aos meios de comunicação, não se utilizam bem do veículo?”

O candidato pefelista garantiu que não ultrapassará o limite de pouco mais de C\$ 1 milhão estabelecido pela Justiça para os candidatos a deputado. “Só se eu fosse a falência”, acrescentou Reis, que disse não pretender chegar à Câmara coberto de dívidas.

Alguns “amigos”, como reconheceu, têm investido em sua campanha porque vêm em sua candidatura uma alternativa de representação democrática na Constituinte. O pefelista também já recebeu propostas de auxílio de grupos financeiros, inclusive multinacionais, mas garantiu que recusou todas: “Se aceitasse, teria assumido compromissos que não têm nada a ver com os verdadeiros interesses do povo”.



“E uma piada das grandes”. Assim o candidato a deputado Valmir Campelo (PFL) reagiu à inclusão de seu nome em uma lista de candidatos denunciados pela recém-criada Frente de Ética Partidária por abuso do poder econômico.

Lembrando que é dos poucos candidatos que não possui um só outdoor, Campelo disse que sua campanha é feita às custas dos voluntários que o apóiam. Quanto aos comitês eleitorais, além de seu escritório no Setor Comercial Sul, tem apenas um, em Taguatinga, cedido gratuitamente pelo proprietário.

ABUSO

Embora dizendo-se contrário à utilização do poder econômico nas eleições, “pois prejudica os candidatos mais pobres e estabelece uma luta desigual”, Valmir não pretende engajar-se ao movimento dos pequenos partidos: “No momento, estou totalmente concentrado na minha própria campanha. Não tenho tempo de me engajar em mais nada”.

O candidato do PFL admite, porém, que a influência econômica na campanha eleitoral de Brasília é “uma realidade”. O abuso é, em alguns casos, “público e notório”.

Márcia

O juiz da 1ª Zona decide hoje ou amanhã se aceita ou não o pedido de exclusão do título de eleitor da candidata Márcia Kubitschek (PMDB). Ontem, foi entregue ao juiz Simão Guimarães certidão do DPF atestando que Márcia não se encontrava no País quando pediu a transferência de seu título. Em outro processo, o TSE confirmou ontem o registro da candidata. Página 6



Lindberg

O candidato Lindberg Aziz Cury ontem deu mostra de poder político, ao se encontrar com o presidente Sarney na embaixada da Argélia

Reta final

Muito guaraná em pó, sapato largo, fé no corpo-a-corpo e novas estratégias. Essas são agora as principais preocupações dos candidatos na reta final da campanha. Dentro de 30 dias, o eleitor brasileiro vai estar colocando o seu voto nas urnas. É a hora do tudo ou nada para quem quer uma das três vagas no Senado e uma das oito na Câmara. Hoje, José Aparecido, acompanhado de seus preferidos, inaugura obras em Brasília. Páginas 2 e 3

Urnas

As urnas em que o candidato Heitor Reis pede sugestões para a Constituinte atraíram muita gente. Página 6

